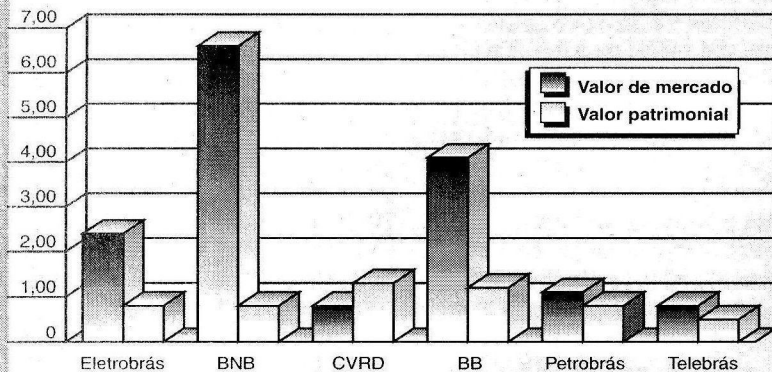


Tesouro vai obrigar estatal a pagar dividendos

A intenção do governo é acabar com a possibilidade de as empresas públicas acumularem prejuízos em seus balanços

O retorno das estatais

(Valor de mercado x Valor patrimonial)



por Maurício Corrêa
de Brasília

A Secretaria do Tesouro Nacional prepara um conjunto de medidas para que as empresas estatais paguem dividendos. As mudanças serão feitas mediante a reformulação do Decreto nº 326, que estabelece encargos para as estatais que atrasarem o pagamento dos dividendos ao Tesouro. E, por meio de alterações, introduzidas nos estatutos das companhias controladas pela União, que terão a obrigatoriedade de distribuir um retorno mínimo anual de 25% sobre o lucro líquido ajustado.

Além disso, o Tesouro vai eliminar a possibilidade das estatais

acumularem perdas nos seus balanços. “Vamos eliminar o prejuízo acumulado, o que aumentará a distribuição de lucro”, disse Pedro Wilson Carrano Albuquerque, coordenador-geral de Controle de Responsabilidades Financeiras e Haveres Mobiliários do Tesouro Nacional (Coref).

De acordo com ele, ainda há casos de estatais cujos estatutos recomendam expressamente a transferência de parte dos lucros para os fundos de previdência complementar dos funcionários. “Esta janela será fechada nas mudanças que estamos providenciando, pois o trabalho do Tesouro tem como objetivo maximizar os resultados das compa-

nias controladas pela União”, afirmou Carrano.

CORREÇÃO MONETÁRIA

Segundo Carrano, a eliminação da correção monetária sobre os balanços provocará uma redução no volume dos dividendos a serem pagos ao Tesouro sobre o movimento de 1995, que está sendo fechado. “Estamos calculando um montante próximo a R\$ 300 milhões em 1995. Mas, para 1996, as nossas projeções, com base nos balancetes mensais das estatais, apontam um retorno global ao Tesouro da ordem de R\$ 400 milhões”, acrescentou.

“O Tesouro tem feito um esforço monumental para obter resulta-

dos positivos nas diversas áreas. Vale lembrar que tudo aquilo que pertence ao Tesouro não é do governo, mas sim à sociedade. Então, temos uma responsabilidade de gerenciamento, da qual não podemos abdicar. No caso da Coref, temos feito uma acompanhamento sobre as atividades desenvolvidas pelas estatais”, disse.

“Através dos nossos representantes nos conselhos dessas empresas, estamos estudando mecanismos para que elas reduzam as suas margens de despesas, que em alguns casos são muito elevadas. Nossos técnicos estão convencidos de que há possibilidade de eliminar ou reduzir uma série de gastos hoje bancados pelas estatais”, argumentou o coordenador da Coref.